



A busca por segurança ontológica como fundamento da política externa da Rússia em resposta à crise na Ucrânia (1999-2021)

La búsqueda de la seguridad ontológica como fundamento de la política exterior de Rusia en respuesta a la crisis en Ucrania (1999-2021)

The search for ontological security as a foundation of Russia's foreign policy in response to the Ukraine crisis (1999-2021)

1. Mestra em Relações Internacionais pela Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (carolinapellens@gmail.com). ORCID: 0000-0002-3462-1927.

Priscila Carolina Pellens¹
Fred Leite Siqueira Campos²
Beatriz Marcondes de Azevedo³

Enviado em: 09 de fevereiro de 2024
Aceito em: 02 de dezembro de 2024

2. Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor e pesquisador do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina onde coordena, também, o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Rússia (PRORUS). (fred.campos@ufsc.br). ORCID: 0000-0002-6011-3010.

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2024v12n2p108-125

3. Especialista em Psicologia Hospitalar pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Pós-Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do curso de Administração EaD da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). (biabizzy@gmail.com). ORCID: 0000-0002-5481-3619.

Resumo: O artigo objetiva analisar os fundamentos da política externa da Rússia em resposta à crise na Ucrânia por meio do conceito de segurança ontológica. A esfera ontológica é tão importante para a segurança do Estado quanto a física, podendo ser priorizada em detrimento desta pela manutenção do senso de identidade, que se constrói mediante relacionamentos rotineiros com outros atores relevantes e uma narrativa biográfica coerente. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo exploratório descritivo que utiliza a análise da narrativa dominante em documentos e discursos oficiais, com fins de compreender os motivos e interesses no comportamento russo. Os resultados indicam que, além da ameaça física e da importância geopolítica da região, o espaço que engloba os antigos países soviéticos, principalmente a Ucrânia, integraria uma geografia imaginada indissociável à história da Rússia, permitindo, assim, a manutenção do senso de continuidade de sua narrativa biográfica após a desintegração da URSS e desvelando a necessidade de busca por segurança ontológica. A ideia de uma nacionalidade ucraniana separada é vista como fruto de políticas nacionalistas, para a criação de cisão e rivalidade com a Rússia, apesar dos vínculos históricos e étnicos compartilhados, o que vem sendo cooptado pelo Ocidente para conter as capacidades e influência russas.

Palavras-chave: Crise na Ucrânia; política externa russa; segurança ontológica.

Resumen: El artículo pretende analizar los fundamentos de la política exterior rusa en respuesta a la crisis en Ucrania a través del concepto de seguridad ontológica. La esfera ontológica es tan importante para la seguridad del Estado

como la física, y puede priorizarse sobre ésta para mantener un sentimiento de identidad, que se construye mediante relaciones rutinarias con otros actores relevantes y una narrativa biográfica coherente. En términos metodológicos, se trata de un estudio exploratorio descriptivo que utiliza el análisis de la narrativa dominante en documentos y discursos oficiales para comprender los motivos e intereses del comportamiento ruso. Los resultados indican que, además de la amenaza física y la importancia geopolítica de la región, la zona que comprende los antiguos países soviéticos, principalmente la Ucrania, integraría una geografía imaginada inseparable de la historia rusa, lo que permitiría mantener el sentido de continuidad de su narrativa biográfica tras la desintegración de la URSS y desvelaría la necesidad de buscar una seguridad ontológica. La idea de una nacionalidad ucraniana separada se considera fruto de la política nacionalista, para crear cisma y rivalidad con Rusia, a pesar de los lazos históricos y étnicos compartidos, que está siendo cooptada por Occidente para contener las capacidades y la influencia rusas.

Palabras clave: Crisis en Ucrania; política exterior rusa; seguridad ontológica.

Abstract: The article aims to analyze the foundation of Russia's foreign policy in response to the Ukraine crisis through the concept of ontological security. The ontological sphere is as important for state security as the physical one, to the point that it can be prioritized to the detriment of the latter in favor of the maintenance of the sense of identity, which is built through routinized relationships with relevant actors and a coherent biographical narrative. In methodological terms, this is a descriptive exploratory study that uses the dominant narrative analysis of official documents and speeches to understand the motives and interests in Russian behavior. The findings suggest that, in addition to the physical threat and geopolitical importance of the region, the area comprising the former sovietized countries, particularly Ukraine, appears to integrate an imagined geography inextricably linked to Russian history, allowing the coherence of its the biographical narrative after the disintegration of the USSR and exposing the need to ontological security-seeking. Despite shared historical and ethnic ties, the idea of a distinct Ukrainian nationality is seen as the result of nationalist politics, which has been co-opted by the West to constrain Russian capabilities and influence.

Keywords: Ukraine crisis; Russian foreign policy; ontological security.

1 Introdução

O presente artigo busca analisar os fundamentos da política externa da Rússia em resposta à crise na Ucrânia⁴ por meio do conceito de segurança ontológica. Pressupõe-se que os estados, além de segurança física, buscam segurança ontológica, obtida a partir da rotinização de relacionamentos significantes e ações condizentes com o próprio senso identitário, que é essencial à capacidade de ação (Ejdus, 2018; Mitzen, 2006; Rumelili, 2015). Dada a intrínseca relação entre identidade e segurança, a literatura especializada argumenta que diferenças identitárias podem levar a entendimentos divergentes de prioridades e ameaças, moldando respostas para eventos internacionais, na medida em que a narrativa biográfica estatal impacta a percepção de crises e as políticas adequadas para respondê-las (Challis, 2016; Hopf, 2005).

Acerca da crise na Ucrânia, no Relatório de Segurança de Munique de 2022 (Bunde, 2022), além de incerteza, há uma patente “inabilidade”

4. Utiliza-se o termo “crise na Ucrânia” como referência ao fenômeno das relações internacionais, que engloba as repercussões externas dos acontecimentos da política doméstica ucraniana, envolvendo disputas de interesses de outros estados, em detrimento dos termos “crise da Ucrânia” ou “crise ucraniana”, que podem ser enganosos ao denotarem um foco nas questões domésticas no país (Mateo, 2018; Trenin, 2014).

por parte de norte-americanos e europeus de compreenderem o comportamento de Moscou. Percebe-se um endurecimento na posição do Ocidente que se mostra pautada por retóricas beligerantes, aplicação de sanções e estreitamento da cooperação militar e em defesa entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e os seus estados membros. Entretanto, a abordagem dualista encabeçada pelo presidente americano Joe Biden, a qual se informa por uma política de endurecimento militar com o comprometimento da busca de soluções diplomáticas, não tem se mostrado efetiva no declínio das tensões (Bunde, 2022). Críticos ressaltam as contradições nas respostas ocidentais, afirmando, por exemplo, que: “a ingenuidade geopolítica sobre o funcionamento dos assuntos internacionais e o pacifismo simplista alheio às razões da guerra e da paz são generalizados” (Umland, 2022, [s.n.], tradução nossa).

Diante do exposto, para alcançar o objetivo do presente artigo, busca-se responder às seguintes perguntas: como a crise na Ucrânia é representada pela narrativa biográfica russa? De que forma essa compreensão impacta o processo de busca por segurança ontológica da Rússia e, conseqüentemente, sua política externa com relação à crise? Com base no pressuposto construtivista sobre a importância das ideias para as ações políticas, argumenta-se que as ações russas têm se assentado na lógica de busca por segurança ontológica, na qual a Ucrânia desempenha um papel essencial em razão dos vínculos históricos e culturais que compartilha com a Rússia, integrando sua identidade como grande potência, o que justifica uma postura mais reativa e, inclusive, torna o uso da força altamente provável pelo Kremlin (Roberts, 2017; Stoicescu, 2021). Por meio da análise da narrativa dominante, intenta-se identificar componentes identitários, a partir de uma leitura intertextual, nos discursos de política externa oficiais do presidente Vladimir Putin⁵, relacionados às relações com a Ucrânia, de modo que seja possível analisar a narrativa biográfica russa e, conseqüentemente, os fundamentos de seu comportamento (Berenskoetter, 2014; Hansen, 2006).

Em termos estruturais, primeiramente, delinea-se uma visão geral do conceito de segurança ontológica, sua conexão com a narrativa biográfica e a influência na política externa. Desse modo, são sumarizados os principais eventos da história mais recente da relação entre Rússia e Ucrânia. Na seqüência, a partir da análise da narrativa biográfica russa nos principais discursos e documentos de política externa, objetiva-se explicar o papel da Ucrânia no processo de busca por segurança ontológica e como as recentes tensões, desencadeadas pelas ações do Ocidente, afetaram as práticas russas.

2 A busca por segurança ontológica e a importância da narrativa biográfica

O conceito de segurança ontológica foi introduzido nos campos da psicologia e da sociologia por Ronald David Laing e Anthony Giddens, respectivamente, posteriormente adentrando nos debates de relações internacionais para complementar explicações materialistas sobre segurança. O objetivo não é desconsiderar questões materiais ou preocupações

5. Mandatos presidenciais: 1999 – 2000 (presidente interino, a partir da renúncia de Iéltsin); 2000 – 2008 (eleições presidenciais); 2012 – 2018 (eleições presidenciais); e 2018 – atual (eleições presidenciais). Também foi Primeiro-Ministro da Rússia entre 1999-2000 e 2008-2012.

com a segurança física, mas sublinhar a influência dos aspectos ideacionais, principalmente de cunho existencial, na capacidade dos atores para lidar com situações críticas e agir, inclusive com relação ao emprego de suas capacidades materiais (Steele, 2005, p. 525). Em linhas gerais, o cerne conceitual de segurança ontológica é constituído pelo foco na análise da relação entre segurança e identidade e entre identidade e resultados políticos, a partir da perspectiva de que a manutenção de uma narrativa biográfica contínua é essencial aos sujeitos políticos, do mesmo modo que a busca pela segurança física (Kinnvall; Mitzen, 2017).

Nos debates das Relações Internacionais, a adoção do conceito de segurança ontológica está assentada num contexto de criticar a ideia do Estado como ente racional e objeto único da segurança, uma vez que traz o enfoque para os indivíduos, sociedade, Estado e busca-se pensar na relação entre segurança e identidade, “na medida em que concebe segurança ontológica enquanto segurança de ser” (Soares, 2022, p. 4). Desse modo, como fenômeno social, a identidade é intersubjetivamente negociada, legitimada e justificada na esfera pública por meio de um processo comunicativo (discursivo) impulsionado por narrativas identitárias, funcionando como ferramenta de manutenção do senso de estabilidade do eu estatal em face da instabilidade do mundo político (Eberle; Handl, 2018).

A narrativa biográfica: “fornece às comunidades uma sensação de estar no mundo ao situá-las em um espaço vivenciado e um espaço imaginado, ordenado a partir de um lugar particular e delineado através de horizontes de experiência e de possibilidade, respectivamente” (Berenskoetter, 2014, p. 269, tradução nossa). As narrativas coletivas servem como estruturas duradouras que orientam e dão sentido à existência espaço-temporal do ente, ou seja, contextualizam o “eu” no passado, no presente e no futuro, do ponto de vista temporal; assim como fornecem orientação espacial às experiências, atando-as a territórios, paisagens ou cidades particulares, o que gera senso de pertencimento e de ordem (normativa, cognitiva e emocional) (Berenskoetter, 2014). Outrossim, servem como dispositivo de criação de sentido que permite que as concepções de identidade estável sejam projetadas, até mesmo protegidas, através do tempo e do espaço (Steele; Homolar, 2019).

O eu-nacional não é homogêneo, mas, é retratado de tal forma pela narrativa dominante para mascarar narrativas competitivas de grupos marginalizados (Delehanty; Steele, 2009). Isso faz com que sejam intimamente ligadas às dinâmicas de poder, por serem fontes poderosas na (des) motivação da ação política, ao privilegiar e moldar determinados resultados, conquanto são abertas à interpretação, mas seu efeito atrativo depende da emergente conexão entre narrador e audiência (Nesbitt-Larking, 2017, p. 571; Patterson; Monroe, 1998). Entretanto, a fixação de certas estruturas de significado em face de incertezas, ao mesmo tempo que dão estabilidade cognitiva e emocional, são problemáticas, pois, são construções inerentemente sociais, gerando também implicações éticas, ligadas à busca de fechamento da subjetividade e à despolitização do sujeito político (Eberle; Handl, 2018; Rossdale, 2015; Vieira, 2018). Desse modo, estratégias de diminuição da ansiedade pautadas na identidade geralmente produzem consequências problemáticas, como quando se tenta estabilizar a

identidade por meio do estabelecimento de uma barreira clara entre nós/ eles, fenômeno inerente ao que se pode chamar securitização da subjetividade. Esta ocorre quando um grupo conecta seu senso de ansiedade a uma ameaça de outro grupo ou de um processo social, o que gera a adoção de uma noção essencialista da identidade coletiva (Cupac, 2020).

A (in)segurança ontológica é vivenciada por meio de narrativas biográficas e ocorre quando um ator é incapaz de contar histórias sobre si mesmo ou suas experiências de forma coerente, o que gera uma lacuna entre sua narrativa biográfica e seu comportamento (Lupovici, 2012), podendo ser produzida por situações críticas, como eventos externos ou internos que desestabilizam rotinas ou narrativas (Delehanty; Steele, 2009). Uma estratégia para interpretar eventos ou fenômenos que conduzem à insegurança ontológica é oferecida por Ejdus (2018), que define a segurança ontológica pela posse de respostas a quatro questões fundamentais, mantidas inconscientemente ao nível da consciência prática, as quais se relacionam à existência, à finitude, às relações e à autobiografia dos atores coletivos. Desse modo, a insegurança ontológica ocorre quando alguma dessas quatro questões é trazida ao nível da consciência discursiva em razão de situações críticas, o que produz ansiedade e perda da capacidade de ação (Ejdus, 2018). Segundo Eberl e Handl (2018), as relações intersubjetivas são intermediadas por narrativas, tendo em vista que narrativas do eu são permeadas por representações do outro (seja estados ou a ordem internacional). Zazharski e Kubová (2021) acrescentam que a construção de narrativas biográficas e de práticas rotineiras estão no centro das estratégias que mantêm a ansiedade sob controle e prove aos indivíduos formas de conhecer o mundo e de agir, o que os concede um senso de certeza que possibilita escolhas propositivas, podendo ser concretizada, por exemplo, pelos mecanismos de supressão, deslegitimação e repressão. Narrativas políticas são fontes poderosas na (des)motivação da ação política, ao privilegiar e moldar determinados resultados, conquanto são abertas à interpretação e podem ser profundamente atraentes, cujo efeito depende da emergente conexão entre narrador e audiência: “as narrativas são estruturas de conhecimento e experiência socialmente incorporadas e amplamente compartilhadas que são compreendidas e comunicadas na forma de histórias” (Nesbitt-Larking, 2017, p. 571, tradução nossa).

É importante ressaltar que o foco em narrativas dominantes de uma das partes envolvidas em um conflito pode ser problemático, do ponto de vista epistemológico e ético, na medida em que implica na supressão das narrativas marginalizadas no nível individual e coletivo, e, no caso da crise na Ucrânia, na desconsideração do ponto de vista ucraniano e do seu direito de agência e soberania. Por outro lado, dada a disputa de narrativas entre os atores sobre os eventos e fatores que influenciam à crise, o estudo dessas metanarrativas, como lentes de visão de mundo, é importante dado seus efeitos práticos, na medida em que acaba constringendo a habilidade ucraniana de agir e a busca de uma solução efetiva do conflito, além de poder contribuir para a compreensão das suas causas de longo prazo (Mateo, 2018).

Por isso, a aplicação da teoria da segurança ontológica para a análise da perspectiva russa não visa validar o discurso oficial do país, mas

destacar nuances ideacionais, de cunho histórico, afetivo e cultural, muitas vezes ignoradas pelas análises tradicionais da crise, fundamentadas nas premissas realistas de disputa de poder (Mearsheimer, 2014; Specter, 2022). Não se pode desconsiderar que as diferentes perspectivas existentes geram respectivos discursos securitários, os quais têm importantes implicações políticas, na medida em que discursos afetam práticas, ou seja, impactam não apenas na compreensão da realidade como encorajam diferentes abordagens, ao mesmo tempo em que legitimam determinadas instituições e valores sociais a serem protegidos, podendo limitar a deliberação política ou permitir a prática de medidas excepcionais ou iliberais (McDonald, 2018).

As narrativas dominantes, apesar de não serem fixas e mesmo quando contestadas, funcionam como ponto de referência estável, que prove determinado grau de continuidade também àqueles que as contestam (Rumelili; Çelik, 2017, p. 7). É por meio do uso dessas narrativas que os atores políticos buscam criar uma compreensão compartilhada do mundo, de outros atores políticos e da política, de modo a aumentar seu poder e legitimidade (Miskimmon; O'Loughlin; Roselle, 2017, p. 1).

Desse modo, a partir da identificação das ideias, narrativas e construções que constituem a paisagem conceitual nacional, ou seja, o exame das narrativas fundacionais ou autobiografias, permite-se ancorar a análise em um determinado campo discursivo que ajuda a evitar a psicologização das escolhas políticas dos atores sob investigação (Kazharski; Kubová, 2021). Diferentes identidades russas produzem entendimentos diversos de legitimidade, conforme qual construção discursiva identitária é subsidiada pelo sistema político em um dado momento, uma Rússia diferente está agindo no mundo. A identidade estatal, interesses e compreensões de comportamento legítimo internacional são produtos sociais, fruto da interação do estado com sua própria sociedade e com outros estados, que se refletem nas ações de política externa (Hopf, 2005). Assim, será possível analisar como a crise na Ucrânia é compreendida pela Rússia, como foco no impacto no seu processo de busca por segurança ontológica, considerando a relevância do senso de identidade na formação da percepção e das respostas.

Ao partir do pressuposto que as narrativas biográficas são o principal instrumento de manutenção da segurança ontológica, metodologicamente, entende-se que o estudo será conduzido por uma pesquisa qualitativa-interpretativa, de cunho descritivo, que tem como foco práticas específicas de produção de sentido dos atores sob determinado contexto (Schwartz-Shea; Yanow, 2013, p. 4), acessíveis por meio da interpretação. Primeiramente, é feita a reconstrução interpretativa dos eventos (acontecimentos) e dos personagens (atores), integrando-os em uma ordem cronológica (Shenhav, 2015, p. 20–21; 27). Esse processo envolve a codificação dos textos com base nas seguintes categorias: personagens ou atores (agente); cenário, ambiente ou espaço (cena); conflito ou ação (ato); e resolução ou objetivo (propósito). A identificação das categorias leva em consideração as dimensões espacial e temporal da narrativa biográfica de busca por segurança ontológica e os conceitos subjacentes da literatura (Gråby, 2022, p. 22–23). Após o procedimento de análise,

realiza-se a interpretação dos significados identificados, com referência ao modelo teórico adotado, de modo a responder às perguntas norteadoras de presente pesquisa (Schwartz-Shea; Yanow, 2013, p. 108–109). Mas antes da análise narrativa dos discursos, na seção seguinte, será feita uma retrospectiva das relações entre Rússia e Ucrânia, desde 1991, de modo a contextualizá-la.

3 As relações entre Rússia e Ucrânia em contexto (1991-2021)

Apesar de a história das relações entre Rússia, Ucrânia e os demais atores na região ser fascinante e importante para uma compreensão completa do conflito, o propósito aqui é mais específico, partindo do colapso da União Soviética. A presente seção busca sumarizar os fatos principais da história mais recente, com foco naqueles que guardam relação com a crise na Ucrânia, até final de 2021.

As relações entre Rússia e Ucrânia têm sido turbulentas. Com a desintegração da URSS em curso, a Ucrânia se declarou independente em 24 de agosto de 1991, com posterior referendo nacional que alcançou 92% dos votos a favor (BBC, 2014; Ray, 2017; Sullivan, 2022). Uma série de políticas foram estabelecidas para solidificar a construção do estado ucraniano, como reformas linguísticas, educacionais e de lembrança histórica (Kuzio, 2001).

A Ucrânia firmou acordo com os Estados Unidos, Reino Unido e Rússia para se desfazer dos numerosos armamentos nucleares, em troca da garantia de que seriam respeitadas sua independência, soberania e fronteiras atuais (Memorandum..., 1994; Sullivan, 2022). Em 1997, é firmado o Tratado de Amizade com a Rússia, que prevê respeito às fronteiras e aos direitos das minorias em ambos os países. A concessão de uso das instalações no porto de Sevastopol, na península da Criméia, na Ucrânia, à Rússia, inicialmente concedida quando da independência, é continuamente estendida ao longo dos anos, incluindo o direito do estabelecimento de uma base militar russa na região, em prol da resolução da questão do acesso ao Mar Negro (Ray, 2017).

Desde então, o país tem oscilado entre as influências russa e ocidental, ou seja, entre as aspirações europeias e os laços históricos, étnicos e econômicos com a Rússia (Ray, 2017; Sullivan, 2022). Inclusive, o censo mais recente, de 2001, mostrou a existência de uma divisão cultural no país, derivada das diversas divisões territoriais ao longo de sua história: cerca de 16,8% da população era ucraniana e residia nas porções central e ocidental do país e os demais 16,9% eram russos falantes e moravam, predominantemente, no leste e no sudeste, principalmente na Criméia e em Donetsk (Karklis; Mellen, 2022; Ukraine, 2001; Yoffe, 2022).

Após denúncias de fraude nas eleições presidenciais de 2004, que elegeram Viktor Yanukovich, candidato favorável aos interesses russos, manifestações se espalharam no país, no que ficou conhecido como Revolução Laranja, e lograram a anulação do pleito pela Suprema Corte e a posterior eleição do líder opositor Viktor Yushchenko (BBC, 2014). Destaca-se aqui que, embora o pêndulo ucraniano Ocidente-Rússia tivesse sido direcionado para o lado ocidental (quando Yushchenko foi alçado

à presidência do país, em 2005), cinco anos depois o pêndulo oscilou de volta para a Rússia (Campos, Lobo; Azevedo, 2018).

Porém, antes disso, em 2008, o país fez um pedido formal à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para que fosse estabelecido um plano de ação para a filiação, o primeiro passo no processo de adesão à organização, o qual foi recepcionado com apoio pelos EUA e desaprovação pela Rússia (Sullivan, 2022).

A possibilidade de incorporação da Geórgia e da Ucrânia, expressa em 2008 pela Declaração de Budapeste, foi descrita pelo governo russo como um ato que violava a “linha vermelha” de sua segurança nacional (Toal, 2016). Os atos da OTAN para concretizar essa adesão culminaram no conflito da Rússia com a Geórgia (2008), aprofundando a deterioração da situação securitária na região, com a manutenção de diversos “conflitos congelados”, ou seja, conflitos latentes que estabeleceram divisões territoriais não resolvidas e duradouras após uma crise ou guerra (Milosevich, 2021; Noll, 2022; Stoicescu, 2021; Toal, 2016).

Em 2010, Yanukovych foi novamente eleito, defendendo a neutralidade da Ucrânia em face do ocidente e da Rússia. Entretanto, o abandono de um esperado acordo de livre comércio com a União Europeia (*Association Agreement*), em novembro de 2013, em prol de uma cooperação mais estreita com a Rússia, desencadeou uma nova onda de protestos, com a ocupação de prédios públicos, concentrados em Kiev, capital do país, a qual se intensificou nos meses seguintes, apesar de medidas restritivas aprovadas pelo Parlamento e centenas de prisões, ambos anulados no fim de janeiro de 2014. Com a deterioração do cenário político e a erupção de conflitos violentos, a chamada Revolução *Euromaidan*, que provocou dezenas de mortos, ocorreu a assinatura de um acordo entre Yanukovych e os líderes opositores em 21 de fevereiro. No dia seguinte, o presidente foi removido do cargo pelo Parlamento, deixando o país em direção à Rússia. Novas eleições foram agendadas e um governo provisório foi estabelecido (BBC, 2014; Bigg, 2022; Sullivan, 2022).

Entre os dias 27 e 28 de fevereiro, “militares” não identificados, considerados pessoal da Rússia (o que posteriormente foi admitido por Putin), tomaram prédios principais de Simferopol, capital da Crimeia, e os principais aeroportos da península, cuja maior parte da população era de ascendência russa. No mês de março, o uso da força para proteção dos interesses russos na Ucrânia foi aprovado pelo Parlamento da Rússia e ante a declaração da independência da Crimeia por uma assembleia autônoma, seguiu-se a realização de um referendo para sua secessão para a Rússia, em 16 de março, o qual alcança 97% dos votos, de modo que a Crimeia passa a ser integrada formalmente à Federação Russa com uma lei assinada pelo Presidente Vladimir Putin, no dia 18. A votação foi considerada uma fraude pelos governos do Ocidente, que aprovaram diversas sanções contra a Rússia (BBC, 2014; Walker, 2022).

Protestos emergiram nas cidades do leste da Ucrânia de Donetsk, Luhansk e Kharkiv, em abril, pela independência da região, o que desencadeou a criação de uma “operação antiterrorista” por parte do governo ucraniano contra os separatistas pró-Rússia. Protestos violentos na cidade de Odessa levaram a morte de dezenas de separatistas pró-Rússia,

em maio, e após referendos não reconhecidos, as cidades de Donetsk e Luhansk declararam independência. Paralelamente, Petro Poroshenko foi eleito à presidência da Ucrânia, em maio, apesar de as eleições não poderem ter sido realizadas em boa parte do leste do país (BBC, 2014; Sullivan, 2022).

Ante a continuidade dos conflitos no leste, na região de Donbas, uma nova rodada de sanções foi anunciada pela União Europeia e os Estados Unidos contra a Rússia, em julho, que estaria dando suporte aos separatistas. Em setembro, uma trégua foi assinada entre a Ucrânia e os rebeldes pro-Rússia, em Minsk na Bielorrússia, ao que se seguiu a retirada de tropas russa do leste ucraniano e das fronteiras com o país e a retomada no fornecimento de gás russo após acordo com a União Europeia (BBC, 2014; Sullivan, 2022).

Com a resistência dos rebeldes em Donetsk, depois da eleição de novos líderes, a tensão com o governo central aumentou, demonstrando a fragilidade do cessar-fogo firmado (BBC, 2014). Posteriormente, diversos acordos para cessação do conflito foram assinados entre Rússia, Ucrânia, França e Alemanha, conhecidos como Acordos de Minsk (Bigg, 2022). Apesar disso e do reconhecimento constitucional de *status* especial à Donetsk e Luhansk, o embate entre as forças separatistas e o governo ucraniano continuaram nos anos seguintes (Walker, 2022).

Em 2019, Volodymyr Zelensky foi eleito presidente da Ucrânia, com a promessa de pôr fim aos conflitos em Donbas. Com o estreitamento das relações do país com instituições e países do Ocidente, principalmente no que se refere à entrada do país para a OTAN, o presidente Putin passou a exigir “garantias de segurança”, como a de que tal pleito não fosse aceito e de que tropas da OTAN lotadas em países que se juntaram à organização após 1997 fossem retiradas (Bigg, 2022; Noll, 2022).

Entre outubro e novembro de 2021, passou-se a observar um contínuo crescimento de forças e equipamentos militares russos ao longo da fronteira com a Ucrânia, em um número estimado de 100.000 soldados em dezembro. Exercícios militares com a Bielorrússia passaram a ser realizados próximos da fronteira ucraniana e navais no Mar Negro. Em resposta, a OTAN enviou tropas para fortalecer a segurança de seu flanco oriental (Noll, 2022). Após relatórios de inteligência norte-americanos apontarem a possibilidade de invasão russa da Ucrânia no início de 2022, houve escalada de tensões e o começo de negociações diplomáticas para resolver a situação, com intermédio dos Estados Unidos e de seus aliados europeus (Sullivan, 2022; Walker, 2022).

4 A narrativa biográfica russa e a crise na Ucrânia: a segurança ontológica em foco nos discursos de Vladimir Putin (1999-2021).....

Com o desmantelamento da União Soviética, a questão da identidade russa foi alçada ao protagonismo ante a profunda crise institucional, econômica e social que dominou o país, impingindo um senso de insegurança ontológica e a necessidade de busca por uma narrativa coerente (Narozhna, 2021). Enquanto diversas narrativas competiam por predominância dos anos 1990, permanecia a falta de consenso sobre a narrativa

biográfica russa no contexto das diversas reformas empreendidas na transição política. O governo Putin, no início dos anos 2000, assumiu a tarefa de mobilizar significadores identitários e, assim, delinear os parâmetros da segurança ontológica russa (Narohzna, 2020).

O foco nos discursos de Putin se justifica pelo fato de que, do ponto de vista interno, há a institucionalização de uma autoridade pessoal soberana centrada no presidente no que se refere ao processo de decisão, principalmente em assuntos internacionais, característica herdada da Constituição de 1993 (Burkhardt, 2020). Em razão dessa estrutura de poder na Rússia, de caráter vertical, altamente concentrada e hierarquizada em subordinação ao presidente, pode-se assumir que seus atos de discurso têm particular influência no molde da realidade social (Kazharski, 2020).

A questão que permeia praticamente todos os documentos oficiais de política externa e os discursos de Putin é a do *status* da Rússia de grande potência, cuja autodescrição pode ser justificada pela necessidade de continuidade na narrativa biográfica (Narohzna, 2021). Percebe-se uma racionalização da posição da Rússia como grande potência, pautada na ideia de um *excepcionalismo* russo, ou *derzhavnost*, que pressupõe o protagonismo do país na política internacional como um destino inerente à sua longa história e vasto território (Clunan, 2009; Dekoder *Et. Al.*, 2019; Putin, 1999).

Assim, tem cabido à Rússia desempenhar um papel relevante nos assuntos globais – a despeito da crise econômica e social que se seguiu ao desmantelamento da URSS –, o qual lhe conferiu responsabilidades e prerrogativas na manutenção de uma ordem internacional, que na visão russa, deveria ser policêntrica e multipolar, com privilégio à cooperação internacional, em detrimento da confrontação, defendidos pela persecução de uma política externa independente (Putin, 1999; 2007; Russian Federation, 2000; 2013; 2016; 2021). Segundo Putin (1999), a base de uma estratégia central a ser perseguida, a ideia russa (*russian ideia*), pauta-se na essencialidade dos “valores tradicionais” para a unidade social da Rússia, a saber, o patriotismo, o *status* de grande potência, um estado forte (*statism*) e a solidariedade social (*paternalistic state*).

A ideia do “mundo russo” tem raiz na ideologia imperial conhecida como “*all-Russian nation*” ou “nação trina russa”, que faz referência à cultura eslava e a comunidade medieval *Kyivan Rus'*, centro da cristandade ortodoxa dos eslavos orientais, e abarca os bielorrussos (russos brancos), ucranianos (russos pequenos) e os russos (grandes russos) (PUTIN, 2021b). O pressuposto de uma suposta unidade cultural entre os povos eslavos orientais do leste, com a desconsideração do caráter multinacional do império-URSS, acaba obstando o desenvolvimento de uma identidade nacional cívica da Federação Russa e isso deu suporte ao argumento de que esses estados tendiam a ser reunificados no futuro, assim como na medieval *Kyivan Rus'* (Kuzio, 2001). Por isso, esse espaço, com o tempo, acabou se tornando parte da identidade russa como grande potência, como uma possibilidade em esta deveria exercer uma responsabilidade especial e lidar com as incertezas das mudanças na região (Kazharski; Kubová, 2021; Toal, 2016).

Do ponto de vista russo, há uma compreensão de que diversos estados têm buscado enfraquecer a posição da Rússia em variadas esferas, assim como seu papel nas decisões internacionais, o que mina a estabilidade e a segurança internacionais (Russian Federation, 2000; 2013; 2016). A recusa Ocidental em reconhecer o *status* russo e a empreitada dos Estados Unidos por uma hegemonia unilateral vão, paulatinamente, endurecendo o discurso russo, que revela uma percepção maior daquele como inimigo (Narohzna, 2021).

Em 2007, ante uma audiência internacional, Putin, então Primeiro-Ministro, criticou a arquitetura de segurança global do pós-Guerra Fria, da qual se herdou “estereótipos ideológicos, padrões duplos”. Aponta que um mundo unipolar implica “um mestre, um soberano”, o que seria incompatível com uma ordem democrática. Diretamente, acusa os Estados Unidos de “ultrapassou suas fronteiras nacionais em todos os sentidos”, na busca de impor seus valores e visões, que resultaria em ações unilaterais, muitas vezes ilegítimas, e o incontido uso da força “que está mergulhando o mundo em um abismo de conflitos permanentes” (Putin, 2007, tradução nossa).

Quanto à expansão da OTAN, Putin relembra a garantia de sua não realização quando da dissolução do Pacto de Varsóvia, em 1990, perguntando: “contra quem se destina esta expansão?” (Putin, 2007, tradução nossa). Por isso, a expansão da OTAN em direção às fronteiras russas, integrando aliados históricos, é considerada manifestação da recusa ocidental em reconhecer seu *status* e posto como um dos polos de poder na ordem internacional (Freire, 2017).

Mais do que a ameaça física da instalação de bases militares e da importância geopolítica da região, o espaço que engloba os antigos países soviéticos⁶ integra uma geografia imaginada indissociável à história e à identidade da Rússia, identificando o território como repositório de significado do que constitui o “mundo russo” (*Russkii mir*), que se refere aos russos étnicos e pressupõe seu direito legítimo de viver sob um mesmo país, noção que confere prioridade absoluta à região no âmbito da política externa (Akchurina; Della Sala, 2018; Bayly, 2015; Dekoder *et. al.*, 2019). Então, opta-se em privilegiar o argumento civilizacional, como fruto dos processos de globalização, além da visão de falência da ordem ocidental, em razão ações contra as bases do sistema internacional moderno pela promoção de conflitos com propósitos humanitários e interpretações dúbias das normas internacionais (Hansen *f.*, 2016; Putin, 2007; 2012; 2014a; Russian Federation, 2008; 2015; 2021).

Desse modo, entende-se que língua e a cultura russas desempenham um importante papel, já afirmado no *National Security Concept* (2000, tradução nossa), “como fator da unidade espiritual dos povos da Rússia multinacional”. Enfatiza-se a defesa da diversidade no mundo contemporâneo, como “constituindo um contributo único para a diversidade cultural e civilizacional do mundo contemporâneo e para o desenvolvimento de uma parceria intercivilizacional” (Russian Federation, 2008, [s.n.], tradução nossa; 2013; 2015; 2021). Os documentos também fazem referência à ideia de proteção do povo (*sberezhenie naroda*), ao sublinharem o objetivo de proteger os direitos e interesses do “mundo russo”, ligados a questão de “preservar a identidade étnica e cultural da diáspora russa e

6. Utiliza-se o termo “antigos países soviéticos”, seguindo a sugestão de Sagatienè (2023), para designar os espaços que engloba os estados que emergiram ou reemergiram após a dissolução da URSS, ao invés da expressão “espaço pós-soviético”, a qual, segundo especialistas da região da Europa Central e do Leste, denota o predomínio da influência russa na região e da sua perspectiva histórica, negando-lhes a capacidade de agência e o direito à autodeterminação dos povos, o que é problemático ponto de vista ético e normativo.

seus vínculos com sua pátria histórica” e de “preservar e aumentar o patrimônio cultural e civilizacional comum” compartilhada pelos estados membros da CIS (Russian Federation, 2008; 2015; 2021, tradução nossa).

Com base nesses princípios e contrariamente às opiniões da comunidade internacional, a mudança de governo após o *Euromaidan* é descrita por Putin como um golpe de estado, ilegal e ilegítimo, e representou uma ameaça aos povos étnicos russos na Ucrânia, de modo que cabia à Rússia a proteção do povo. Do mesmo modo, a declaração de independência pela Crimeia é defendida com base no direito da autodeterminação dos povos e suportada pelo precedente representado por Kosovo⁷, que se separou unilateralmente da Sérvia com apoio de diversos países ocidentais, apesar da falta de permissão por parte das autoridades centrais do país (Putin, 2014a).

7. Importa ressaltar que, segundo Marxsen, a legalidade da independência de Kosovo é uma questão controversa, do ponto de vista do Direito Internacional (Dekoder et. al., 2019).

A exclusão da Rússia das discussões que antecederam esses eventos reflete a constante intromissão dos europeus e dos americanos nas relações entre a Rússia e seus vizinhos regionais e a constante política de contenção das capacidades russas, da mesma forma que as sanções impostas ao país (Putin, 2014a; 2014b). Desse modo, tanto Rússia quanto a Ucrânia são enquadrados como países afetados por políticas ilegítimas e expansionistas dos países ocidentais, acentuando-se a ideia de que o antagonista não é a Ucrânia, mas o Ocidente (Dekoder et. al., 2019).

Por isso, o referendo em prol da unificação da Crimeia à Rússia é descrito como “uma questão que é de importância vital e histórica”, pois “no coração e na mente das pessoas, a Crimeia sempre foi uma parte inseparável da Rússia”, correspondendo ao apelo por “apoiar a aspiração dos russos, da Rússia histórica, para restaurar a unidade” (Putin, 2014a, tradução nossa). A pacificidade da anexação da Crimeia é ressaltada para atacar as alegações de agressão por parte da Rússia (Putin, 2014a). Em outra oportunidade, Putin (2014b) fez referência expressa à narrativa fundacional compartilhada por Rússia e Ucrânia como base a essa “reunificação histórica” com a Crimeia e Sevastopol, locais de “inestimável importância civilizacional e até sagrada para a Rússia”, na qual a cristandade servira de “força espiritual unificadora”. O elemento humanista é ressaltado na ideia de que “a Crimeia é onde nosso povo vive”, o qual “graças a esta unidade espiritual que nossos antepassados pela primeira vez e para sempre se viram como uma nação unida” e, por isso, o dever de proteger o “mundo russo”, como civilização única, e a diversidade no mundo (Putin, 2014b, tradução nossa). A afirmação de que, de acordo com Sasse (2007), coaduna-se com o discurso oficial de “a Crimeia é nossa” (*Krym nash*), tem-se foco na ideia de continuidade histórica e unidade do “mundo russo” (Dekoder et. al., 2019).

Recentemente, Putin (2021b) dedicou um artigo ao esclarecimento da relação entre russos e ucranianos, que tem fundamentado a postura externa do país com relação à crise iniciada em 2014 e que tem se estendido e agravado ao longo dos anos. Em essência, após uma detalhada recapitulação histórica, o desenvolvimento da ideia do povo ucraniano como uma nação separada seria fruto de uma manipulação política de outros estados europeus para fomentar a rivalidade entre os estados, projeto que logrou sua concretização por meio de políticas soviéticas que fomentaram

8. Os fatos da divisão de seções do território russo à Ucrânia, após a Revolução Soviética, e a transferência da Criméia à Ucrânia por Nikita Khrushchev, em 1954, são descritos como arbitrários e em desacordo não somente com as normas constitucionais da época, como com os interesses russos e dos grupos étnicos envolvidos, uma “injustiça histórica ultrajante”, sem contar a importância econômica e geopolítica de Sevastopol pelo acesso que prove ao Mar Negro (Putin, 2014a; 2021b, tradução nossa).

o desenvolvimento das nacionalidades russa, ucraniana e bielorrussa em separado. Mas “foi moldado – em grande parte – nas terras da Rússia histórica”, de modo que os “experimentos sociais” dos Bolsheviks e seu desenho de fronteiras resultaram em um roubo à Rússia⁸, em prejuízo do povo que se viu, do dia para a noite, privado de sua “pátria histórica” (Putin, 2021b, tradução nossa).

Putin (2021a; 2021b) explica que as autoridades governamentais ucranianas foram cooptadas por falsas promessas do Ocidente, passando a agir a despeito das necessidades de seu próprio povo, em prol de um jogo geopolítico destinado a separar Rússia e Ucrânia, partes de um único povo, e colocá-las uma contra a outra, em patente fratricídio. Mas nem todos os ucranianos aceitaram essa política russofóbica e é em respeito a eles e aos territórios históricos de ambos que compete a Rússia proteger o “mundo russo”. A filiação à OTAN, com a possibilidade do uso estratégico da Crimeia, se mostra como “uma ameaça perfeitamente real para todo o sul da Rússia”. Isso sustenta a ideia de que a Rússia é o único país capaz de garantir a proteção da Crimeia, tanto como “legado histórico comum e um fator muito importante na estabilidade regional” dada a fragilidade da Ucrânia como estado soberano (Putin, 2014b, tradução nossa).

Em suma, os discursos analisados apontam que a narrativa biográfica russa compreende a Ucrânia como parte essencial de sua identidade como grande potência, pelos fortes vínculos compartilhados, de modo que sua filiação ao Ocidente, mais do que uma ameaça física, representa um ataque direto à segurança ontológica da Rússia. Além disso, no conflito, o outro não é a Ucrânia, mas o Ocidente, contra o qual se percebe um enrijecimento cada vez maior da postura: “Aqueles por trás de provocações que ameaçam os interesses centrais de nossa segurança vão se arrepender do que fizeram de uma forma que não se arrependiam há muito tempo” (Putin, 2021a, tradução nossa). Assim, as ações em suporte aos russos étnicos na região do Donbas e a incorporação da Crimeia e de Sevastopol se mostram coerentes, racionais e necessárias à manutenção do senso de segurança ontológica, em conformidade com a narrativa biográfica dominante, para o que a Rússia não parece ter a inclinação de deixar de proteger, inclusive por meio do uso da força, mesmo que em detrimento de sua segurança física.

Entretanto, deve-se atentar que a perspectiva russa, que justifica as ações do país como mera reação às agressões do Ocidente em descon sideração aos interesses de Moscou, acaba por naturalizar o espaço dos antigos países soviéticos como sua esfera de influência natural, ocasionando uma prática criticada por especialistas da região da Europa Central e do Leste, denominada como *Westplaning*. O termo se refere a análises centradas em processos decisórios globais ou fatores estruturais em detrimento às complexidades locais que informam os fenômenos político-sociais. No caso da crise na Ucrânia, essa prática de produção do conhecimento implica na descon sideração das visões e dos interesses dos atores da região e pode desencadear decisões políticas equivocadas, desconectadas das evidências empíricas (Ganev, 2024; Hendl *et al.*, 2024; Mälksoo, 2022). Para Casula (2017), a consequência é uma posição que enfraquece a soberania desses estados, de modo a preservar influência russa sobre esses territórios. No mesmo sentido, Sagatienè (2023) ressalta que a narrativa

rusa se fundamenta em uma visão particular da história que reproduz uma lógica colonial que nega o princípio basilar do direito internacional à autodeterminação dos povos, ofusca as narrativas dos países da região da Europa Central e do Leste sobre suas próprias experiências históricas e preclui uma compreensão inclusiva e precisa dos processos de mudança e dos contextos históricos que permeiam as estruturas de poder atuais.

Por isso, os achados deste estudo, ao sublinharem a narrativa da crise centrada na Rússia, devem ser tomados com parcimônia, na medida em que representam apenas uma das perspectivas sobre o conflito. Do contrário, corre-se o risco de incorrer em práticas de imperialismo e colonialismo epistêmico, ou seja, na desconsideração da agência e das perspectivas do povo ucraniano, desta vez pela priorização da visão russa, ou seja, da prática de *Russosplaning*. Da mesma forma que *Westspaning*, o termo denota uma posição de autoridade, fundamentando as explicações de um fenômeno com base apenas na proximidade linguística entre os antigos países soviéticos, como pelos vínculos históricos, políticos, sociais e culturais destes com a Rússia, o que pode legitimar as aspirações geopolíticas do país (Ganev, 2024; Hendl *et al.*, 2024). Logo, a análise apresentada não deve ser tomada como uma explicação universal da crise na Ucrânia, mas como a leitura de uma das diversas narrativas que disputam por legitimidade na cena internacional, com importantes consequências políticas e securitárias. A partir da compreensão dos fundamentos de segurança ontológica que informam as ações russas, pode-se buscar traçar paralelos com as demais perspectivas e, assim, construir uma compreensão ampla e nuançada da realidade, capaz de orientar decisões políticas empiricamente orientadas em prol da solução do conflito.

5 Conclusão

A crise na Ucrânia não pode ser analisada em um contexto isolado. Diversos eventos na relação entre Ucrânia e Rússia, bem como em seu entorno, precisam ser considerados para uma compreensão acurada dos fundamentos da política externa russa com seu vizinho. Igualmente, as ações de atores externos na região, como a OTAN, foram determinantes à percepção de ameaça por parte da Rússia. Assim, tanto a intervenção no conflito na Geórgia, em 2008, e na Ucrânia, com a anexação da península da Criméia, em 2014, apesar das particularidades de cada caso, não podem ser desvinculadas, tendo em vista a ameaça representada pela intromissão do Ocidente em países pertencentes ao que se entende como área de influência russa e, portanto, linha vermelha de sua segurança.

A análise dos discursos e documentos oficiais da Rússia permitiu a identificação da autodescrição como grande potência, com responsabilidades e privilégios como um dos polos de poder da ordem multipolar, como elemento constante da narrativa biográfica. A expansão da OTAN em direção às fronteiras russas, integrando aliados históricos, é considerada manifestação da recusa ocidental em reconhecer esse *status*, além de fruto de uma continuada política secular de contenção das capacidades do país, que passou a envolver, inclusive, a manipulação dos governos ucranianos em prol de criação de uma oposição à Rússia, a despeito de

sua unidade étnica e vínculos históricos comuns.

Mais do que uma ameaça física e a importância geopolítica da região, o espaço que engloba os antigos países soviéticos integra uma geografia imaginada indissociável à história da Rússia, que permite a manutenção do senso de continuidade de sua narrativa biográfica após a desintegração da URSS. A Ucrânia, principalmente, é considerada parte do “eu” russo, noção fundamentada por uma narrativa fundacional compartilhada desde a medieval *Kyivan Rus*. A ideia de uma nacionalidade ucraniana separada é considerada fruto de políticas nacionalistas, que manipulam a história, de modo a criar cisão e rivalidade entre povos irmãos, empreendimento que atualmente é cooptado pelo Ocidente para enfraquecer a Rússia e privá-la de sua zona de influência exclusiva.

Portanto, as políticas da Rússia para proteção de seus cidadãos no exterior, da herança histórica compartilhada por todos os povos eslavos orientais e de seus territórios históricos (que se corporificam na geografia imaginada que situa a narrativa russa no tempo e no espaço) correspondem aos interesses nacionais legítimos do país, cuja civilização acrescenta à diversidade do mundo. Sendo assim, do ponto de vista de Moscou, a anexação da Crimeia e as ações em apoio aos russos étnicos parecem derivar dessa responsabilidade de proteger e se coadunar com a narrativa biográfica russa, correspondendo a uma necessidade de busca por segurança ontológica.

Entretanto, deve-se atentar que tanto a narrativa ocidental (*Westplaning*), que predomina nas análises realistas, quanto a narrativa russa (*Russoplaning*) sobre a crise na Ucrânia, evidenciada nesta análise, não devem ser consideradas de forma isolada nem universal, pois desconsideram as perspectivas locais dos povos afetados, o que pode levar a decisões políticas equivocadas, reforçar dinâmicas de poder desiguais e a reprodução de práticas de colonialismo epistêmico.

Ao priorizar visões externas e sistêmicas, essas narrativas obscurecem a soberania e as experiências históricas dos países da Europa Central e do Leste, dificultando uma compreensão inclusiva e empiricamente fundamentada do conflito. Estudos futuros podem engajar de forma mais aprofundada nessa problemática, levando em conta as perspectivas de especialistas da região para construir uma análise nuançada que leve em consideração as múltiplas narrativas existentes. Assim, pode-se combater práticas de marginalização e desvalorização do conhecimento das sociedades afetadas ao mesmo tempo em que se amplia a compreensão dos interesses em disputa, possibilitando a construção de decisões políticas mais adequadas para a efetiva resolução do conflito.

Referências

- AKCHURINA, V.; DELLA SALA, V. Russia, Europe and the Ontological Security Dilemma. *Europe-Asia Studies*, v. 70, n. 10, p. 1638–1655, 26 nov. 2018.
- BAYLY, M. J. Imperial ontological (in)security: ‘Buffer states, International Relations and the case of Anglo-Afghan relations, 1808–1878. *European Journal of International Relations*, v. 21, n. 4, p. 816–840, 2015.
- BBC. **Ukraine crisis**: Timeline. [S.l.: s.n], 13 nov. 2014.

- BERENSKOETTER, F. Parameters of a national biography. **European Journal of International Relations**, vol. 20, n. 1, p. 262–288, 2014.
- BIGG, M. M. A timeline of the tensions between Russia and Ukraine. **The New York Times**. [S.l.: s.n], 18 fev. 2022.
- BUNDE, T. Unquiet on the Eastern Flank. In: BUNDE, T. et al. **Munich Security Report 2022**. Munich: Munich Security Conference, fev. 2022.
- BURKHARDT, F. The Putin System. In: DEKODER; FSO. **Putin: 20 years**. Dekoder, [S.l.: s.n.], 2020.
- CAMPOS, F. L. S.; LOBO, I; AZEVEDO, B. M. O ocidente como responsável pelas crises da Ucrânia e da Geórgia. **Rev. Bras. Est. Def.** v. 5, n° 2, p. 113-136, jul./dez. 2018.
- CASULA, P. Russia's Foreign Policy from the Crimean Crisis to the Middle East: Great Power Gamble or Biopolitics? **Rising Powers Quarterly**, v. 2, n. 1, p. 27–51, 2017.
- CHALLIS, B. Narrating Ukraine: A Crisis of Russian Identity? **DGSi Working Paper**, n. 3, Durham: Durham Global Security Institute, 2016. Disponível em: www.dur.ac.uk/dgsi/. Acesso em: 25 ago. 2021.
- CLUNAN, A. **The Social Construction of Russia's Resurgence: Aspirations, Identity and Security Interests**. New York: John Hopkins University Press, 2009
- CUPAC, J. The Anxiety Dilemma: Locating the Western Balkans in the Age of Anxiety. **Journal of Regional Security**, vol. 15, n. 1, p. 7-38, 2020.
- DEKODER; ZOIS; FSO. Speech of Vladimir Putin. In: **The Crimean Archipelago**, [S.l.: s.n], 2019.
- DELEHANTY, Will, K.; STEELE, Brent J. Engaging the narrative in ontological (in)security theory: insights from feminist IR. **Cambridge Review of International Affairs**, vol. 22, n.3, 2009, p. 523-540.
- EBERLE, J; HANDL, V. Ontological Security, Civilian Power, and German Foreign Policy Toward Russia. **Foreign Policy Analysis**. 2018, p. 1-18.
- EJDUS, F. Critical situations, fundamental questions and ontological insecurity in world politics. **Journal of International Relations and Development**, v. 21, p. 883-908, 2018.
- FREIRE, M. R. Política externa russa no «interméstico»: uma abordagem construtivista. **Relações Internacionais**, n. 55, p. 35–49, set. 2017.
- GANEV, V. **Westsplaining versus eastsplaining**. Disponível em: <<https://www.eurozine.com/westsplaining-versuseastsplaining/>>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- GRÅBY, I. **Poland: The Historical Underdog and Contemporary Protector of Ukraine: A Narrative Analysis on Ontological Security and Crisis in the Case of Poland**. Dissertation—[s.l.] Swedish Defence University, 2022.
- HANSEN, F. S. Russia's relations with the West: ontological security through conflict. **Contemporary Politics**, v. 22, n. 3, p. 359–375, 2 jul. 2016.
- HANSEN, L. **Security as Practice**. London: Routledge, 2006.
- HENDL, T. et al. (En)Countering epistemic imperialism: A critique of “Westsplaining” and coloniality in dominant debates on Russia's invasion of Ukraine. **Contemporary Security Policy**, v. 45, n. 2, p. 171–209, 2 abr. 2024.
- HOPF, T. Identity, legitimacy, and the use of military force: Russia's Great Power identities and military intervention in Abkhazia. **Review of International Studies**, v. 31, p. 225–243, 2005.
- KARKLIS, L.; MELLEEN, R. Four maps that explain the Russia-Ukraine conflict. **The Washington Post**, 21.jan.2022.
- KAZHARSKI, A. Civilizations as Ontological Security? Stories of the Russian Trauma. **Problems of Post-Communism**, v. 67, n. 1, p. 24–36, 2 jan. 2020.
- KAZHARSKI, A.; KUBOVÁ, M. Belarus as a liminal space for Russia's ontological security before and after the 2020 protests. **New Perspectives**, 22 jul. 2021.
- KUZIO, T. Historiography and National Identity among the Eastern Slavs: Towards a New Framework. **National Identities**, vol.3, n. 2, 2001, p. 109-132.
- LUPOVICI, A. Ontological dissonance, clashing identities, and Israel's unilateral steps towards the Palestinians. **Review of International Studies**, vol. 38, p. 809-833, 2012.

- MÄLKSOO, M. The Postcolonial Moment in Russia's War Against Ukraine. **Journal of Genocide Research**, p. 1–11, 11 mai. 2022.
- MATEO, E. **The Ukraine Crisis: A Clash of Narratives?** Disponível em: <https://uc.web.ox.ac.uk/article/the-ukraine-crisis-a-clash-of-narratives#_ednref2>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- MCDONALD, M. Climate change and security: towards ecological security? **International Theory**, v. 10, n. 2, p. 153–180, jul. 2018.
- MEARSHEIMER, J. J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault. 2014.
- MEMORANDUM on Security Assurances in connection with Ukraine's accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. Budapest: [s.n.], 5 dez. 1994.
- MISKIMMON, A.; O'LOUGHLIN, B.; ROSELLE, L. (EDS.). **Forging the world: strategic narratives and international relations**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.
- MITZEN, J. Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma. **European Journal of International Relations**, v. 12, n. 3, p. 341–370, set. 2006.
- NAROZHNA, T. State–society complexes in ontological security-seeking in IR. **Journal of International Relations and Development**, v. 23, n. 3, p. 559–583, 23 set. 2020.
- NAROZHNA, T. Revisiting the Causes of Russian Foreign Policy Changes Incoherent Biographical Narrative, Recognition and Russia's Ontological Security-Seeking. **Central European Journal of International and Security Studies**, vol. 15, n. 2, p. 56–81, 2021.
- NESBITT-LARKING, P. The Ideological Work of Narratives. **Political Psychology**, vol. 38, n. 3, p. 571–578, p. 2017.
- NOLL, A. How the Ukraine-Russia crisis reached a tipping point. **DW**. [S.l.: s.n.], 22 fev. 2022. Disponível em: <https://p.dw.com/p/477XW>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- PATTERSON, M.; MONROE, K. R. Narrative in Political Science. **Annual Review of Political Science**, v. 1, n. 1, p. 315–331, jun. 1998.
- PUTIN, V. **Russia at the Turn of the Millennium**. [S.l.: s.n.], 31 dez. 1999.
- PUTIN, V. **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy**. Munich: [s.n.], 10 fev. 2007.
- PUTIN, V. **Russia and the changing world**. Moscow: Valdai Club, 27 fev. 2012.
- PUTIN, V. **Address by President of Russia Federation**. Moscow: [s.n.], 18 mar. 2014.
- PUTIN, V. **Presidential Address to the Federal Assembly**. Moscow: [s.n.], 21 abr. 2021a.
- PUTIN, V. **On the Historical Unity of Russians and Ukrainians**. Moscow: [s.n.], 12 jul. 2021b.
- RAY, Michael. Ukraine crisis. **Encyclopedia Britannica**, [S.l.: s. n.], 26 maio 2017.
- ROBERTS, K. Understanding Putin: The politics of identity and geopolitics in Russian foreign policy discourse. **International Journal**, v. 72, n. 1, p. 28–55, 16 mar. 2017.
- ROSSDALE, C. Enclosing Critique: The Limits of Ontological Security. **International Political Sociology**, v. 9, n. 4, p. 369–386, dez. 2015.
- RUMELILI, B. Identity and desecuritisation: The pitfalls of conflating ontological and physical security. **Journal of Int Rel and Dev**, v. 18, n. 1, p. 52–74, 2015.
- RUMELILI, B. Breaking with Europe's pasts: memory, reconciliation, and ontological (In)security. **European Security**, vol. 27, n. 3, p. 280-295, 2018.
- RUMELILI, B.; ÇELIK, A. B. Ontological insecurity in asymmetric conflicts: Reflections on agonistic peace in Turkey's Kurdish issue. **Security Dialogue**, p. 1-18, 2017.
- RUSSIAN FEDERATION. **National Security Concept**. [S.l.: s.n.], 10 jan. 2000.
- RUSSIAN FEDERATION. **The Foreign Policy Concept**. [S.l.: s.n.], 12 jan. 2008.
- RUSSIAN FEDERATION. **The Foreign Policy Concept**. [S.l.: s.n.], 18 fev. 2013.
- RUSSIAN FEDERATION. **Russian National Security Strategy**. [S.l.: s.n.], 31 dez. 2015.
- RUSSIAN FEDERATION. **The Foreign Policy Concept**. [S.l.: s.n.], 01 dez. 2016.
- RUSSIAN FEDERATION. **Strategy of National Security Strategy**. [S.l.: s.n.], 02 jul. 2021.
- SAGATIEN, D. Challenging the 'Post-Soviet' Label and Colonial Mindsets. **Verfassungsblog: On Matters Constitutional**, 11 jul. 2023.
- SASSE, G. **The Crimea Question: Identity, Transition, and Conflict**. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

SCHWARTZ-SHEA, P.; YANOW, D. **Interpretive Research Design**. New York: Routledge, 2013.

SHENHAV, S. R. **Analyzing social narratives**. New York: Routledge, 2015.

SOARES, B. B. **America First: Pensando enquadramentos discursivos da segurança ontológica na era Trump**. (NUPRI Working Paper, 16, p. 1-12), 2022. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (NUPRI). <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-81843-2>

SPECTER, M. Realism after Ukraine: A Critique of Geopolitical Reason from Monroe to Mearsheimer. **Analyse & Kritik**, v. 44, n. 2, p. 243–267, 25 nov. 2022.

STEELE, B. J. Ontological security and the power of self-identity: British neutrality and the American Civil War. **Review of International Studies**, v. 31, p. 519–540, jul. 2005.

STEELE, B. J.; HOMOLAR, A. Ontological insecurities and the politics of contemporary populism. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 32, n. 3, p. 214–221, 4 maio 2019.

STOICESCU, K. **Dialogue with Russia - Russia Needs to Reset Relations with the West**. Tallinn: International Centre for Defence and Security, jun. 2021.

SULLIVAN, B. Russia's at war with Ukraine. Here's how we got here. **NPR**. [S.l.: s.n], 22.fev.2022. Disponível em: <https://www.npr.org/2022/02/12/1080205477/history-ukraine-russia>. Acesso em: 22 jun. 2022.

TOAL, G. **Near abroad: Putin, the West and the contest over Ukraine and the Caucasus**. [S.l.]: Oxford University Press, 2016.

TRENIN, D. V. **The Ukraine Crisis and the Resumption of Great-Power Rivalry**. Disponível em: <<https://eng.globalaffairs.ru/articles/the-ukraine-crisis-and-the-resumption-of-great-power-rivalry/>>. Acesso em: 7 jan. 2025.

UKRAINE. **All-Ucranian populations census 2001**. [S.l.]: State Statistics Committee of Ukraine, 2001.

UMLAND, A. Reshaping Ukraine's Western Integration. **Desk Russie**, [S.l.: s.n], 06.jan.2022.

VIEIRA, M. A. (Re-)imagining the 'Self' of Ontological Security: The Case of Brazil's Ambivalent Postcolonial Subjectivity. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 46, n. 2, p. 142–164, jan. 2018.

WALKER, N. Ukraine crisis: A timeline (2014-present). **Commons Library Research Briefing n. CBP 9476**. [S.l.]: House of Commons, 01 abr. 2022.

YOFFE, M. Crisis in Ukraine: What Happened and Why. *In*: GW LIBRARIES. **Research Guides**. Washington: George Washington University, 04 abr. 2022.